

## CONCURSO C-308 - JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

### PROVA ESCRITA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO CIVIL, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO CONSTITUCIONAL

#### INSTRUÇÕES

1. A prova terá a duração de 4 (quatro) horas.
2. Não esqueça de preencher o talão de identificação constante na capa da prova.
3. Será eliminado do- concurso o candidato:
  - a) que se retirar do recinto durante a realização da prova, sem a devida autorização;
  - b) que se tornar culpado de incorreção óu descortesia para com qualquer dos examinadores ou fiscais;
  - c) que for surpreendido comunicando-se com outros candidatos, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra-forma, bem assim utilizando-se de livros, notas ou impressos não permitidos;
  - d) durante a realização da prova é proibido o uso de telefones celulares;
  - e) use somente caneta de tinta azul ou preta.
4. Será atribuída nota 0 (zero) à prova que apresentar sinal ou contiver expressão que possibilite sua identificação;
5. Sob hipótese alguma assine sua prova. A assinatura da prova eliminará o candidato;
6. Durante a realização da prova é proibido o uso de quaisquer anotações, facultada a consulta a textos legais, sem comentários ou notas explicativas;
7. Leia com atenção cada questão da prova, antes de escrever. O tempo é suficiente.

01/06/2003

A COMISSÃO DESEJA-LHE BOA PROVA

## PROVA DO CONCURSO DE JUIZ DO TRABALHO - 2ª ETAPA

1) Discorra sobre limites e possibilidades do controle de constitucionalidade de norma jurídica anterior à Constituição Federal, fundamentando as assertivas.

2) O contrato social de uma sociedade limitada, devidamente inscrito na Junta Comercial, veda a oneração pelo sócio gerente do patrimônio social. Considere o descumprimento dos termos do contrato social pelo gerente e a efetivação da oneração. Discorra sobre a validade do negócio jurídico e sua repercussão em relação a terceiros.

3) Um indivíduo ingressa com Ação Ordinária de Obrigação de Não Fazer cumulada com Pedido de Indenização por Danos Patrimoniais e de Tutela Antecipada para que uma empresa pare de poluir o meio ambiente, instale um filtro nas áreas adjacentes à sua propriedade e condene a ré ao pagamento de danos patrimoniais no valor de R\$100.000,00. O juiz, ao receber a inicial, deferiu em parte a tutela requerida para determinar que a empresa parasse de poluir o meio ambiente, sob pena de, não o fazendo, ser aplicada a multa diária de R\$500,00 (quinhentos reais) por dia de descumprimento da ordem judicial. O autor recorreu dessa decisão, interpondo Agravo de Instrumento, no prazo legal, com pedido de efeito suspensivo ativo para que o Tribunal obrigasse a empresa a instalar o filtro e para que o valor da multa fosse igual a R\$2.000,00 (dois mil reais) por dia, como solicitado na inicial. O relator, ao receber o Agravo de Instrumento, negou a aplicação do efeito pretendido, o que foi objeto de Agravo Regimental. O Tribunal de Justiça, ao julgar o Agravo de Instrumento, conheceu o recurso, mas negou-lhe provimento, sob o fundamento de que a tutela concedida e a multa aplicada foram suficientes para obstar a continuação da prática de poluição pela empresa. Sobre o caso, analise os seguintes pontos:

- a) A tutela específica concedida pelo juízo de primeiro grau e seus pressupostos.
- b) A possibilidade de adoção de tutela específica através da tutela antecipada.
- c) Necessidade ou não de existência de dano para a concessão da tutela específica e a natureza jurídica da multa.
- d) A possibilidade de cumulação das tutelas jurisdicionais requeridas em uma só ação e de julgamento antecipado da lide quanto a uma delas.

4) É cabível a apreciação pelo Judiciário do mérito do ato administrativo discricionário? Discorra sobre a matéria.

5) Um trabalhador ajuizou ação de cumprimento pugnando pelo reconhecimento da estabilidade provisória concedida em uma das cláusulas constantes da sentença normativa aplicável a categoria a que pertence, mas ainda não transitada em julgado.

O Juízo a quo indeferiu o pedido por dois motivos. Primeiro, porque declarava, incidenter tantum, a inconstitucionalidade e a ilegalidade da referida cláusula e, segundo, porque entendia que somente se poderia exigir o cumprimento de qualquer decisão após o seu trânsito em julgado, diante da possibilidade de reforma pela instância ad quem.

O reclamante interpôs recurso ordinário da decisão. Tem razão em seu inconformismo? Argumente, sustentando ou combatendo os fundamentos em que se baseou a decisão recorrida.

6) Fale sobre a dissociação sujeito/objeto na evolução do Direito do Trabalho e na caracterização do contrato de emprego.

7) Em processo de execução trabalhista, determinado bem é vendido, tendo sido concluída a arrematação, inclusive com a entrega do bem, transitando livremente em julgado a correspondente sentença. Esta arrematação pode ser desfeita? Qual o instrumento processual adequado para este fim? Fundamente.

8) Considere a hipótese de um trabalhador que ajuizou reclamação nesta Justiça Especializada pleiteando diferenças de horas extras e repercussões. Alega que cumpria jornada de nove horas, com uma hora de intervalo para repouso e que tinha uma folga semanal remunerada, recomeçando a trabalhar vinte e quatro horas depois, parando, por exemplo, às quinze horas e recomeçando às quinze horas do dia seguinte. Pugna, ao fim, pelo reconhecimento do seu direito ao pagamento de horas extraordinárias, por entender que laborava no sistema de turnos ininterruptos de revezamento, em jornada superior à preceituada no inciso XIV do artigo 7º da Constituição Federal e que não eram observadas as normas acerca do descanso semanal remunerado.

A reclamada, em contestação, requer a total improcedência da reclamação. Entende que não estaria caracterizado o labor em turnos ininterruptos de revezamento, pelas seguintes razões: 1) a alternância era semanal, ou seja, o reclamante trabalhava uma semana em jornada diurna e outra, em noturna; 2) da manhã de segunda à manhã de terça não havia trabalho e as máquinas permaneciam paradas; 3) a empresa paralisou em alguns períodos no ano, porque estava sem serviço. Especificamente quanto ao repouso, explica que concedia o repouso intrajornada de uma hora, o interjornadas de onze horas e o semanal de vinte e quatro horas, razão pela qual deveria ser indeferido o pedido. O Juízo de 1ª instância indeferiu o pleito, julgando a reclamatória totalmente improcedente.

Inconformado com a decisão o reclamante interpôs recurso ordinário, requerendo a reforma da sentença.

Pergunta-se: deve ser mantida a decisão? Fundamente a sua resposta

9) Uma empregada pública aposentada em 30 de maio de 1995 propôs reclamação trabalhista em 10 de outubro de 2002 requerendo o pagamento de auxílio-alimentação até o final da relação previdenciária complementar sob o encargo da reclamada e de sua entidade de previdência privada complementar. Alegou que recebia o auxílio-alimentação quando em atividade, tendo direito adquirido a continuar percebendo-o.

As reclamadas argüiram prescrição, tendo, ainda, alegado e provado que o auxílio-alimentação foi suprimido para os aposentados em 1975, sendo que as normas coletivas posteriores deixaram claro seu caráter indenizatório apenas para os empregados ativos, com o fornecimento nos moldes da Lei nº 6.321/76.

Com base na informação acima, discorra sobre a solução aplicável ao caso e o direito da empregada à percepção da parcela.

10) Considerando a paralisação coletiva dos trabalhadores, os princípios da liberdade sindical e da Convenção nº 87 da Organização Internacional do Trabalho, discorra sobre:

- a) o direito ao pagamento dos salários relativos aos dias de paralisação;
- b) as relações coletivas de trabalho e os contratos de emprego dos seus participantes, inclusive gerentes (art. 62, II, da Consolidação das Leis do Trabalho) ou outros detentores de cargos de confiança imediata do

empregador tais como os que exercem funções de direção, fiscalização, chefia e equivalentes (artigos 224, § 2º, e 499 da Consolidação das Leis do Trabalho)?

CADA QUESTÃO VALERÁ UM PONTO.